Art. 5.º São inseridas no índice remissivo da pauta de importação as rubricas e respectivas remissões:

Lignossulfitos	Artigo 333-A
Produtos obtidos como resíduo da fabricação da pasta de celulose pelo processo do bissulfito	Artigo 333-A
Resíduos obtidos da fabricação da pasta de celulose pelo processo do bissulfito	Artigo 333-A

Art. 6.º São alteradas pela seguinte forma as remissões das rubricas do índice remissivo da pauta de exportação:

Arroz partido:

Próprio para alimentação	Artigo 71
Impróprio para alimentação	Artigo 71

Art. 7.º As mercadorias classificadas pelo artigo 333-A da pauta de importação ficam sujeitas a despacho por declaração obrigatória.

Art. 8.º A sinopse do índice remissivo da pauta de importação deverá ser alterada de harmonia com o estabelecido no presente decreto.

Art. 9.º A alteração ao artigo 682 da pauta de importação, nos termos do artigo 3.º do Decreto n.º 38 791, de 21 de Junho de 1952, é aplicável aos fornos importados ao abrigo do artigo 84.º das instruções preliminares das pautas e anteriormente à publicação do citado decreto se os respectivos direitos ainda não tiverem sido liquidados.

Art. 10.º A alteração efectuada na taxa do artigo 310 da pauta de importação pelo artigo 3.º do Decreto n.º 38 777, de 9 de Junho de 1952, é extensiva à magnésia desalfandegada, mediante garantia dos direitos, anteriormente à entrada em vigor do referido decreto.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 14 de Janeiro de 1953.—FRANCISCO HIGINO CRAVEIRO LOPES — *António de Oliveira Salazar* — *Artur Águedo de Oliveira*.

MINISTÉRIO DO ULTRAMAR

Direcção-Geral do Fomento

Repartição dos Serviços Geográficos, Geológicos e Cadastrais

Portaria n.º 14 228

Atendendo ao que foi exposto pelo Governo-Geral de Moçambique: manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Ultramar, nos termos do artigo 18.º do Decreto de 20 de Setembro de 1906, que regula a pesquisa e lavra de minas nas províncias ultramarinas, e em harmonia com o disposto no n.º 18.º do § 1.º do artigo 11.º da Carta Orgânica e seu artigo 47.º, dar nova redacção ao n.º 1.º da Portaria n.º 14 103, de

26 de Setembro de 1952, no respeitante à reserva para o Estado, em Moçambique, da região do Alto Ligonha, cujos limites passam a ser assim determinados:

Moçambique:

Um quadrilátero cujos vértices são a intersecção do paralelo 14º 46' S. com o meridiano 37º 50' E. Gr., do paralelo 16º 46' S. com o meridiano 36º 40' E. Gr., do paralelo 17º 05' S. com o meridiano 37º 55' E. Gr. e do paralelo 14º 50' S. com o meridiano 39º 14' E. Gr.

Ministério do Ultramar, 14 de Janeiro de 1953.— O Subsecretário de Estado do Ultramar, *António Trigo de Moraes*.

Para ser publicada no *Boletim Oficial* de Angola e Moçambique.— *Trigo de Moraes*.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria-Geral

Decreto n.º 39 078

Considerando que foi adjudicada a João Augusto de Sousa a empreitada de construção de um cais para a mercadoria regional no porto do Funchal;

Considerando que para a execução de tal obra, como se verifica do respectivo caderno de encargos, está fixado o prazo de quinhentos e quarenta dias, que abrange o ano económico de 1953 e parte do de 1954;

Tendo em vista o disposto no § único do artigo 4.º do Decreto n.º 27 563, de 13 de Março de 1937;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É autorizada a Secretaria-Geral do Ministério das Comunicações a celebrar contrato com João Augusto de Sousa para a execução da empreitada de construção de um cais para a mercadoria regional no porto do Funchal, obra esta que fica a cargo da Junta Autónoma dos Portos do Arquipélago da Madeira, pela importância de 893.000\$.

Art. 2.º Seja qual for o valor das obras a realizar, não poderá a Junta Autónoma dos Portos do Arquipélago da Madeira despendar com pagamentos relativos às obras executadas, por virtude do contrato, mais de 600.000\$ no ano de 1953 e 293.000\$, ou o que se apurar como saldo, no ano de 1954.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 14 de Janeiro de 1953.—FRANCISCO HIGINO CRAVEIRO LOPES — *António de Oliveira Salazar* — *Artur Águedo de Oliveira* — *Manuel Gomes de Araújo*.